

PARECER Nº 077/2022

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 024/2022 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO.

I - Relatório:

O Projeto de Lei de nº 024/2022, proposto pelo Poder Executivo, visa alterar o art. 52 da Lei 776, de 25 de junho de 2008 e dá outras providências.

O Projeto de Lei foi protocolado nesta Casa Legislativa em 15 de junho de 2022 e seguindo o regular trâmite o Projeto foi encaminhado a esta Comissão para análise e emissão de parecer quanto os aspectos afetados a esta Comissão.

É o relatório.

II - Fundamentação:

A proposição legislativa em epígrafe está apta a participar regularmente do devido processo legislativo, previsto na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno, por preencher as condições constitucionais e legais vigentes de admissibilidade, e os requisitos formais contidos na LC nº 95/1998 e na Constituição Federal de 1988, senão vejamos:

- a) Objeto: “Altera o art. 52 da Lei 776, de 25 de junho de 2008 e dá outras providências.”
- b) Iniciativa: Poder Executivo, previsto no Art. 30, I e art. 61 da Constituição Federal;
- c) Parte preliminar: O projeto de lei compreende a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;
- d) Parte normativa: O projeto de lei apresenta o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada, articulada corretamente e as disposições normativas redigidas com clareza, precisão e ordem lógica;
- e) Parte final: O projeto de lei consta as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação.

O incluso Projeto de Lei visa atualizar o valor do auxílio deslocamento, no percentual de 31,36% (trinta e um virgula trinta e seis por cento), devido aos profissionais do magistério que exerçam suas atividades em localidades que exijam seu deslocamento para o desempenho de suas funções.

A atualização ora proposta leva em consideração o índice oficial do Governo Federal (IPCA-E), conforme realizado no ano de 2016, quando da sanção da Lei nº I.128, de 02 de dezembro de 2016.

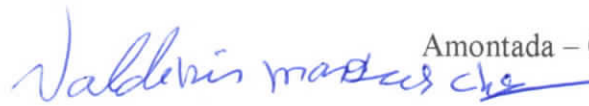
Ainda, quanto à técnica legislativa, a matéria em questão mostra-se pronta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - Opinião:

Portanto, entendemos que o Projeto de Lei sob análise preenche todos os pressupostos legais e constitucionais vigentes de admissibilidade.

Por isso, opinamos pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 024/2022, de autoria do Poder Executivo.

É o Parecer.



Amontada - CE., 21 de junho de 2022.

Valdenir Marques Chaves
Relator

IV - Decisão da Comissão de Justiça e Redação.

Analisadas as contextualizações e argumentações do relator, a Comissão de Justiça e Redação, segue o parecer do relator, manifestando-se FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 024/2022, para que em seguida tenha a continuidade regimental nesta Câmara de Vereadores.

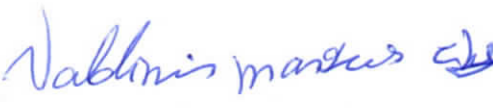
Amontada - CE., 21 de junho de 2022.



Maria Sirnara Saldanha Freitas
Presidente

() a favor, pelas conclusões do parecer.

() contra, pela reprovação do parecer.



Valdenir Marques Chaves
Relator

() a favor, pelas conclusões do parecer.

() contra, pela reprovação do parecer.



Jorge Ribeiro Siebra
Membro

() a favor, pelas conclusões do parecer.

() contra, pela reprovação do parecer.